



5026 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT02 - História da Educação

O Conselho de Educação Superior nas Repúblicas Americanas (1958-1978): cooperação ou intervenção nas políticas públicas do ensino superior na América Latina?

Fernando César Ferreira Gouvêa - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

O Conselho de Educação Superior nas Repúblicas Americanas (1958-1978): cooperação ou intervenção nas políticas públicas do ensino superior na América Latina?

Resumo

Este texto tem como objetivo examinar a trajetória do Conselho de Educação Superior nas Repúblicas Americanas no período de 1958 a 1978. Trata-se de uma instituição ainda não estudada pela historiografia da educação brasileira. O Conselho abrigou, em seus quadros, intelectuais estadunidenses e latino-americanos com o intuito de elaborar recomendações para a solução dos problemas relativos ao ensino superior no continente americano. Através de uma pesquisa de caráter documental, foi possível mapear as decisões do Conselho e avaliar o potencial de cooperação ou intervenção nas políticas públicas para ensino superior na América Latina. A metodologia utilizada repousa nos aportes da História Política e História Intelectual.

Palavras-chave: História da Educação Latino-Americana. Trajetória de intelectuais. Políticas Públicas para o Ensino Superior. América Latina, anos 1950 a 1970.

Introdução

A ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.

(March Bloch, 1944).

O Conselho de Educação Superior nas Repúblicas Americanas (doravante, Conselho), objeto ainda não investigado pela historiografia da educação brasileira, foi criado em 1958 pelo Institute of International Education (IIE), sediado em Nova York, e fundado em 1919 nos Estados Unidos com o objetivo de catalisar o intercâmbio educacional no plano internacional pela necessidade de contato e fonte de informação tanto para os estudantes do ensino superior dos Estados Unidos quanto para os estudantes e as nações estrangeiras interessadas em desenvolver laços educacionais com o país. O Certificado de Incorporação do IIE, ou seja, a missão institucional apontava os seguintes objetivos “desenvolver a boa vontade internacional através de agências educacionais, organizar e estabelecer bolsas internacionais e facilitar o intercâmbio de estudantes e professores entre instituições de ensino em vários países” (Relatório IIE, 1920, p. 1-4).

O Conselho era financiado, inicialmente, pela Carnegie Foundation^[1], a Carnegie Corporation e a Ford Foundation. Segundo o relatório do IIE de 1962, o Conselho era “composto por um pequeno grupo de líderes das Américas no campo educacional com o objetivo de estudar os problemas educacionais de interesse mútuo para os EUA, América Central e América Latina e estabelecer recomendações e soluções a estes problemas” (p.11).

A análise dos Relatórios Anuais do IIE no período de 1958 a 1978, período de existência do Conselho^[2], trouxe inúmeras contribuições para a compreensão da estrutura organizacional, da composição e da origem dos recursos financeiros utilizados na sustentação institucional. Entretanto, os relatórios não informavam quais intelectuais mediadores participantes, as reuniões promovidas e, o mais relevante, as recomendações presentes no campo do ensino superior a fim de sanar possíveis problemas educacionais detectados.

Neste trabalho, consideramos Intelectuais Mediadores aqueles que estabelecem redes de sociabilidade e podem exercer as funções de mediadores culturais e/ou criadores culturais (Gomes e Hansen, 2016). Vale registrar que o espaço de sociabilidade, segundo a perspectiva de Sirinelli (2003), foi sendo construído paulatinamente haja vista que em todas as Conferências Anuais os membros do Comitê Executivo recebiam verbas para levarem as suas famílias e participarem de atividades culturais durante o período do evento.

Além da História Intelectual, a História Política será um dos pilares deste texto por examinar a relação dos intelectuais com as instâncias de poder, num movimento que procura evitar a tipificação extrema destes indivíduos em opressores e oprimidos. Seguindo Skinner (2005), preferimos perceber o curso de ação de cada indivíduo (mesmo que nos pareça questionável) e os motivos que o fazem tentar legitimar a sua ação. Neste caso, observar o intelectual como “ator do político” que estende as suas ações aos demais campos sociais (SIRINELLI, 2003, p. 231). Especificamente, o papel dos membros do CHEAR e as interlocuções entre as suas ideias proclamadas e as ações reais dos seus Estados na dinâmica do poder.

Ainda no que se refere às fontes para a consecução deste trabalho, a ciência da participação do intelectual Anísio Teixeira no Conselho orientou o nosso olhar para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) onde se encontra o Arquivo Anísio Teixeira. Exploramos a Série Temática e encontramos o documento ATt 1958.03.28 com suas 3.327 folhas e 918 sub-documentos exclusivamente dedicados ao Conselho, aos encontros, às reuniões, à correspondência entre os membros e às decisões emanadas do IIE enquanto gestor do Programa.

Cabe ressaltar que ao utilizarmos o documento ATT 1958.03.28, adotamos um procedimento especial devido à sua subdivisão. A identificação ATT 1958.03.28 refere-se ao documento integral, o algarismo romano corresponde à subdivisão e o número cardinal à distribuição dos documentos dentro desta subdivisão. Ou seja, lançaremos mão da subdivisão a fim de evitar repetições desnecessárias.

Estabelecidos o objeto de estudo, o arco de tempo a ser percorrido e as fontes primárias utilizadas, entendemos que é o momento de delinear o objeto do trabalho: analisar a existência do CHEAR como estratégia 'silenciosa' de complementar os atos dos acordos MEC-USAID[3] e da Aliança para o Progresso[4] e, por conseguinte, examinar se houve cooperação ou intervenção nas políticas públicas do ensino superior na América Latina?

Os encontros promovidos pelo Conselho[5]

A estrutura de reuniões do Conselho estava assentada em dois tipos de encontros: a Conferência Anual (CA) e a Reunião do Comitê Executivo (RCE) (XIX-1A3).

A CA serviu como instrumento de externalização do trabalho do Conselho. Consistia numa série de palestras, debates, apresentação e proposição de projetos e pesquisas financiadas pelo Conselho através de instituições privadas e pelo governo dos Estados Unidos. Entendemos que a CA era um espaço de legitimação institucional haja vista a estrutura montada com a duração média de cinco dias e a sua divulgação nos Relatórios Anuais do IIE.

A instância máxima das decisões institucionais foi a RCE. Dela só participavam os membros efetivos do Comitê Executivo que definiam as pautas prioritárias, os eventos a serem realizados, os locais e os convidados a participarem destes eventos. No âmbito da RCE se davam, também, a indicação de novos membros para a composição do comitê consoante à proposta de rodízio dos membros. As decisões emanadas desta esfera representavam, portanto, o trabalho interno do Conselho e não se apresentaram nos Relatórios Anuais do IIE.

A análise das recomendações e decisões do Comitê Executivo permite capturar a vida institucional com as suas concordâncias e os seus dissensos presentes nos documentos como memorandos e cartas num possível cotejamento com o consagrado, via o Relatório Anual, como memória institucional.

Na estrutura do Comitê Executivo do Conselho o cargo de Secretário Geral era reservado ao Presidente do Institute of International Education (IIE). O intelectual estadunidense Kenneth Holland exerceu o cargo Presidente do Comitê no período de 1958 a 1973, sendo substituído por Wallace Edgerton que ocupou o cargo de 1973 a 1978. Anísio Teixeira (Brasil, CAPES), Risieri Frondizi (Argentina, Reitor da Universidade de Buenos Aires) e Juan Gomes Millas (Chile, Reitor da Universidade do Chile) foram os intelectuais latino-americanos que mais tempo frequentaram o Comitê Executivo no período de 1958 a 1964. Consideramos tal período o de consolidação do Conselho.

Reuniões do Comitê Executivo no período de 1958 a 1962

Com data de 22 de maio de 1958 em papel timbrado da CAPES (I-4), encontramos um relatório elaborado por Anísio Teixeira com as impressões sobre a Reunião Preparatória.

[...] Por estranho que pareça, o grupo mais franco foi o grupo sul-americano. Os norte-americanos, evidentemente dominados pelo complexo "Nixon e anticomunismo" estavam na atitude de quem pisa sobre ovos. Delicados, senão compreensivos, apresentavam as questões com um tacto tanto mais intencional quanto mais "naïf". Aliás, essa "naivete" norte-americana - pelo menos dos professores norte-americanos - vez por outra surgia mesmo como tema explícito de discussão [...]. Não seria mesmo que subconscientemente os americanos estariam pensando ser um milagre o entendimento entre os dois mundos? O modo por que sublinharam, ao fim da reunião, haver tudo ocorrido tão bem, leva-me a crer que esta suposição não seria de todo infundada [...][6].

A fim de contextualizar e compreender o comentário de Teixeira, acompanhamos o raciocínio de Pereira (2011, p.3):

[...] No fim de abril de 1958, o então vice-presidente Richard Nixon embarcou num viagem oficial de dezoito dias à América do Sul. A viagem era parte integrante da política externa da administração Dwight Eisenhower para a América Latina. Pretendia demonstrar a preocupação prioritária que o governo dos EUA estaria dando à região ao enviar um representante de seu mais alto escalão. O resultado que se tornou mais público e notório da viagem foram as séries de manifestações antiamericanas enfrentadas por Nixon em Caracas.

Ou seja, a Reunião Preparatória aconteceu aproximadamente 15 dias depois dos protestos contra a política externa estadunidense para a América Latina. Cumpre, portanto, observar que a criação do Conselho estava também incluída no rol das tentativas de 'reaproximação' ou 'reconfiguração' das políticas estadunidenses no continente. Lembramos que a Aliança para o Progresso, criada em 1961, foi a 'costura' exata para esta nova roupagem.

Retornando às impressões de Teixeira, entendemos que os debates caminharam na direção das discussões sobre iniciativas públicas e privadas no campo da educação e em demais setores. Segundo Teixeira:

[...] Mostrou-se também como os governos são em tôda parte algo de impopular, no bom sentido da palavra, resultando daí que a exclusividade de relações oficiais antes isola o representante estrangeiro do que lhe facilita a comunicação com o povo. Tôdos êstes comentários convergiam em acentuar a vantagem do entendimento, como o que se estava ali estabelecendo, entre pessoas e instituições privadas mais que entre governos [...].

A posição de Teixeira merece uma reflexão haja vista que a sua participação no Conselho se deu como representante do governo brasileiro, especificamente do Ministério da Educação. Somado a isto, temos ainda a presença de quatro reitores de universidades públicas da América Latina. Desta forma, todos os representantes latinos estavam ligados aos seus governos. Existe uma dubiedade na postura de Teixeira frente à sua própria participação institucional. O intelectual demonstrou, ao final do relatório, um evidente ceticismo quanto ao sucesso do Conselho.

[...] Confesso que tudo me deixou a impressão de que se está a procurar por cousas, que já se sabe, de antemão, serem impossíveis. Daí o caráter vago e cheio de complacências do encontro. O entendimento internacional é uma necessidade, todos o sentem, mas ninguém sabe como chegar a êle. Pior, todos sabem que, nas condições reinantes, é impossível chegar a êle. Será, talvez, exagerado, mas, a impressão que fica é que tudo isto são tonteios, hesitações e buscas do que todos precisamos: um govêrno mundial, com poderes suficientes e suficiente legitimidade para sair do puzzle[7] “nacionalista” e planejar e integrar-se no mundo transnacional e supernacional em que, de fato, estamos vivendo e que não queremos reconhecer [...].

De forma concreta, a Reunião Preparatória definiu que os membros deveriam pensar em indagações sobre o trabalho da instituição e estas questões seriam debatidas na primeira Conferência Anual do Conselho.

A primeira RCE de 1959 ocorreu no México. Em face da impossibilidade de exame de todas as recomendações oriundas das RCEs, privilegiaremos o Estudo Comparativo da Educação Superior por tratar-se do projeto-síntese do Conselho. A ideia era utilizar pesquisas, levantamentos, compilação de dados, material bibliográfico, documentos, marcos regulatórios e visitas às universidades de vinte e um países das Américas a fim de elaborar um quadro comparativo do ensino superior. Ou seja, a expectativa – ao final do projeto – se assentava em comparar para conhecer, conhecer para aproximar e aproximar para agir via reformas que se mostrassem necessárias para um melhor desempenho do ensino superior nos países latino-americanos, tendo em vista se tratar o ensino superior dos Estados Unidos o modelo a ser seguido. Desta forma, temos o projeto prioritário do Conselho, o que demandou maior aporte de recursos financeiros e o mais longo em termos de execução.

Na RCE de 1959, foram sugeridos diversos nomes de intelectuais para a coordenação do projeto. Entretanto, o intelectual estadunidense Harold Benjamin - que não estava no rol de indicações - foi contratado para coordenar o estudo (III-38B). Benjamin era Especialista em Educação, tendo formação pedagógica no âmbito da Escola Normal, na graduação e pós-graduação, tendo se dedicado aos estudos curriculares. Inicialmente, temos os seguintes pontos a serem considerados centrais para o desenvolvimento do trabalho: 1. As propostas de universidade ou de educação superior; 2. Organização e Administração; 3. Os programas educacionais oferecidos, as principais lacunas destes programas, modelos de educação geral ou especializado e profissional e educação de adultos, faculdade, estudantes, governo e suporte financeiro (III-39).

A segunda RCE de 1959 aconteceu na Costa Rica. Segundo Teixeira, o Comitê Executivo “[...] examinou o trabalho já realizado, programou futuras visitas de educadores a outras universidades, apreciou novas propostas e, principalmente, estudou meios capazes de facilitar e intensificar as comunicações entre os educadores e cientistas das Américas” (III-37).

Os planos de viagens e intercâmbio de educadores estadunidenses para a América Latina e vice e versa também estiveram presentes nas decisões emanadas da reunião. Importante ressaltar que estes planos estavam ligados ao projeto de ‘Estudo Comparativo da Educação Superior’ haja vista que as viagens e visitas possibilitaram a coleta de dados estatísticos econômicos dos países e a sua aplicação no ensino superior (III-37A3).

Em 1960, o Chile a primeira RCE do ano. Numa comparação com os projetos de 1959, tivemos a conclusão do levantamento sobre as agências governamentais dos Estados Unidos e as suas atividades na América-Latina e, ao menos em caráter temporário, a suspensão dos estudos sobre a circulação de informações e serviços destinados à orientação de bolsas para professores.

Seguindo a nossa delimitação de estudo referente aos projetos do Conselho, registramos que nas notas oficiais da RCE constam apenas a posição de Teixeira como diretor e Benjamin como Consultor Geral do Estudo Comparativo da Educação Superior. De fato, um exame no *corpus* documental indicou que novas notícias sobre o projeto só se fizeram presentes em memorandos e correspondências a partir de março, ou seja, após a primeira RCE de 1960. Portanto, as informações, a seguir, cobrirão o arco de tempo de março a maio de 1960 pois a segunda RCE deste ano só se realizou em julho.

A segunda RCE de 1960 teve os Estados Unidos como sede. A rigor, os dois novos projetos se referem à difusão do conhecimento quer por meio da distribuição de publicações acadêmicas para os educadores latino-americanos e suas instituições quer por meio de seminários com temas variados que teriam a função de congregar estudantes e profissionais das Américas.

Os demais projetos estavam centrados na construção do Estudo Comparativo. Aliás, precisamente em 12 de dezembro de 1960, detectamos a existência do contrato assinado entre Teixeira e Benjamin e o IIE para a feita do referido estudo. Nele estão contidos o cronograma de trabalho, a divisão de áreas e a formação do *Staff*, sendo Diretor - Anísio Teixeira; Consultor-Chefe - Harold Benjamin; 3 Consultores Regionais, respectivamente com as seguintes remunerações (em dólares) por dezoito meses: Diretor - 5.400; Consultor-Chefe - 18.000; Consultor Regional- 13.500.

A primeira RCE de 1961 teve os Estados Unidos como sede. Não foram encontradas novas recomendações ao compararmos com a segunda RCE de 1960. Merece destaque a definição dos temas atinentes ao projeto de realização de seminários.

Quanto ao Estudo Comparativo da Educação Superior nas Repúblicas Americanas, o exame dos documentos apontou problemas no andamento da redação dos relatórios. Em memorando de 4 de janeiro de 1961 de Teixeira para Holland, em resposta ao cumprimento dos prazos de elaboração dos relatórios, temos a informação que Risieri Frondizi e Francisco Larroyo (responsável pelo dados do ensino superior do México) não cumpriram os prazos estabelecidos (X-2). No dia 06 de janeiro, Teixeira e Benjamin enviaram um documento provisório por conta da intensa cobrança da Carnegie Corporation e da Fulbright (X-4).

A segunda RCE de 1961 aconteceu na Colômbia. No que concerne ao aumento de participantes, a intenção “[...] era ampliar a representação geográfica dos participantes, e a inclusão de indivíduos especialmente treinados em ciência e engenharia”. Neste caso, foram apresentados doze nomes de intelectuais latino-americanos e dez estadunidenses. A princípio, entendíamos que o Comitê Executivo decidiria o aceite dos novos membros. Entretanto, prossegue a ata com a

seguinte afirmação: “[...] As decisões finais relativas aos convites ou participantes e observadores serão deixadas ao critério do Secretário-Geral e sua equipe, com a ajuda dos outros membros do Conselho quando necessário (XIII-10)”. Ao estabelecermos uma ponte entre esta decisão e a negativa sobre a possibilidade de uma sessão em língua espanhola na Conferência de 1962, deparamo-nos, pela primeira vez, com imposições e intransigência por parte de Holland e do IIE. Vale recorrer a decisão sobre a não utilização do espanhol: “[...] uma sugestão foi feita para realizar algumas das sessões da conferência de 1962 em espanhol. Após cuidadosa deliberação do assunto, foi acordado que seria melhor realizar todas as sessões em Inglês [...] (XIII-10)”.

Na RCE, Teixeira e Benjamin discorreram sobre o Estudo Comparativo da Educação Superior nas Repúblicas Americanas. Informaram que duas seções do documento já estavam concluídas e que o mesmo estaria pronto durante setembro como programado previamente. Sugeriram que cópias deste material fossem colocadas à disposição. Propuseram que as edições em inglês e espanhol tivessem a sua produção editorial no México ou Argentina. Sob a responsabilidade de Teixeira ficou a edição em Língua Portuguesa. Benjamin seria o responsável pela redação final do projeto.

A primeira RCE de 1962 aconteceu também no Brasil. O documento AT t 1958.03.28 não fornece detalhes relativos aos aspectos discutidos. No entanto, ao menos em um deles, podemos tentar aproximações interpretativas: o Futuro do Conselho. Pensar nas possibilidades de continuação dos projetos e demais ações desenvolvidas pela instituição significa captar o movimento dos aportes financeiros. As verbas colocadas à disposição pela Carnegie Corporation e Ford Foundation tinham a periodicidade trienal, portanto foi o ano da primeira renovação de apoio. Sabemos – através do exame das declarações financeiras constantes dos relatórios anuais do IIE – que houve a continuidade da parceria. O problema tem relação com o alargamento dos horizontes do Conselho e a urgência por mais verbas do que as alocadas pela Carnegie Corporation e Ford Foundation. Assim, paulatinamente, o BID, o Departamento de Estado Norte-Americano e a USAID se transformaram em parceiros obrigatórios para a sobrevivência do Conselho.

A segunda RCE de 1962 ocorreu nos Estados Unidos em junho. Não tivemos acesso a qualquer notícia sobre a reunião. Neste caso, cabe aduzir que Anísio Teixeira não se fez presente. Em correspondência de 27 de julho de 1962 dirigida a Pearl Purcell, assistente do secretário geral do Conselho (XX-4), Teixeira justificou a ausência por reuniões em Brasília com reitores de universidades e outras autoridades a cerca da reforma universitária e da greve dos estudantes.

Reuniões do Conselho no período de 1963 a 1978

Como apontado em momento anterior, as análises a seguir estão assentadas nas informações coletadas nos Relatórios Anuais do IIE que reserva um espaço exíguo para o Conselho, divulgando os locais, os temas e alguns projetos em fase inicial ou em continuidade. Isto ocasionou hiatos de toda ordem no nosso estudo e contribuiu para a falta de elementos que dessem consistência tal qual à do primeiro período de 1958 a 1962.

O projeto de Estudo Comparativo da Educação Superior nas Repúblicas Americanas se materializou na publicação do livro “A educação superior nas repúblicas americanas” nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa. No Brasil a publicação ocorreu em 1965 (durante o regime militar) e sem a co-autoria ou prefácio elaborado por Anísio Teixeira, conforme decisão tomada em 1963 pelo Comitê Executivo. Os países analisados na obra foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Estados Unidos Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela (BENJAMIN, p. 74; p. 160 et seq.).

Sobre os anos de 1972 e 1977, os Relatórios Anuais do IIE não trazem justificativas para a não realização das RCEs. Entretanto, desde o primeiro relatório, as conferências receberam as suas numerações sequenciais. Desta maneira, foi possível detectar a manutenção da referida sequência nos relatórios de 1972-1974 e 1976-1978 o que caracteriza a ausência de eventos em 1972 e 1977. De acordo com os Relatórios anuais, o IIE enfrentou dificuldades financeiras por conta dos gastos do governo dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e da política externa de empréstimos como forma de segurança de aliados na Guerra Fria. Tudo isto ocasionou uma espiral inflacionária e a diminuição das verbas enviadas pelas fundações.

Num breve exame dos temas deste período, chama atenção a insistência na abordagem da Administração ou Gestão da Universidade. Parece-nos um projeto que apontava para as reformas necessárias, sob o ponto de vista dos estadunidenses, das agências de empréstimos pan-americanas e das fundações, para a modernização da Universidade Latino-Americana.

As relações entre as recomendações do Conselho e remessa de recursos financeiros e bolsas de estudo para a América Latina.

Neste ponto, faz-se necessário recordar que a CAPES era a representante do Brasil no âmbito do Comitê Executivo, pois a gestão das bolsas obrigatoriamente passava pela CAPES. Em entrevista ao Projeto História da Ciência (1977), Almir de Castro - que foi Diretor de Programas da CAPES - ilustra esta situação.

Utilizamos as informações de Castro menos para confirmar o gerenciamento das bolsas de estudos e mais para revelar as ligações com governos ou instituições e os modos de operação no processo de concessão das mesmas. Entendamos este quantitativo de bolsas com o quadro 01.

Quadro 01 – Bolsas de Estudo oriundas do IIE/Conselho e do governo dos Estados Unidos direcionadas à CAPES para Graduados e para Graduandos.

ANO	oriundas do IIE/Conselho	ORIUNDAS DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS	ÁREA DE EDUCAÇÃO
1961	12	12	0
1962	93	20	04
1963	13	13	0
1964	08	04	01
1965	05	02	0
1966	08	0	0
1967	17	0	0
1968	05	0	0

Totais 161 51 05

Fonte: Relatórios Anuais do IIE - 1958 a 1968. Não há registro de bolsas nos anos de 1958, 1959 e 1960.

Uma análise apressada poderia questionar o baixo número de bolsas vindas do IIE/CHEAR. Entretanto, não podemos esquecer a inversão de capitais, ou seja, recursos financeiros repassados ao IIE e, conseqüentemente, ao Conselho. Conforme assinalado anteriormente, o aporte de verbas era trienal. Segundo Teixeira (1959), "Uma doação de 130.000 mil dólares permitirá a um grupo de eminentes educadores norte-americanos e latino-americanos dar prosseguimento a um programa destinado a estreitar os laços entre as universidades das Américas (...)" (III-37). Ao longo dos vinte anos de existência houve, ao menos, seis repasses trienais. É necessário esclarecer que os Relatórios Anuais do IIE e os Relatórios Anuais da CAPES não registram os recursos financeiros enviados e recebidos.

Vale asseverar que cabia ao IIE, em última instância a seleção e direcionamento das bolsas das diferentes instituições dos Estados Unidos com o acréscimo relevante: as bolsas se destinavam a vinte países membros do Conselho. Mais uma vez, nos auxilia Castro: "[...] sempre resistimos à idéia de entregar a gerência das bolsas ao IIE, que queria muito gerir as bolsas. A UNESCO, também, e sempre recusamos porque nunca tivemos problemas, agindo diretamente [...] (p. 28)". Assim, a fala de Almir de Castro recebe uma conotação ainda mais abrangente haja vista que a tentativa do IIE não foi somente quanto à gestão das bolsas oriundas dos Estados Unidos, o Instituto já fazia isto. De fato, a perspectiva era a coordenação geral das bolsas provenientes da Europa, pois o IIE, desde a sua criação, tinha convênios com inúmeras instituições e governos europeus que praticavam o intercâmbio internacional de educação.

A fim de sustentar as nossas Considerações Finais, elaboramos o quadro 02 com situação quantitativa das bolsas de estudo enviados aos demais países da América Latina.

Quadro 02 - Bolsas de Estudo de Graduação oriundas do IIE/CHEAR, do governo dos Estados Unidos, Universidades e Fundações direcionadas aos demais países latino-americanos.

País	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	Total
Argentina	0	8	8	8	9	15	2	2	52
Bolívia	0	1	2	1	0	0	0	0	04
Chile	2	3	3	9	18	26	14	9	84
Colômbia	8	2	1	18	15	22	29	24	119
Costa Rica	2	2	2	2	0	0	4	1	13
Cuba	0	0	0	1	0	0	0	0	01
Equador	3	0	0	0	0	0	0	0	03
Guatemala	5	1	6	2	0	0	0	1	15
Haiti	1	1	1	0	0	0	0	1	04
Honduras	0	1	0	0	2	0	0	0	03
México	0	15	19	20	16	1	1	12	84
Nicarágua	0	0	0	1	1	0	0	0	02
Panamá	1	2	0	0	0	0	0	0	03
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	1	01
Peru	8	6	6	11	8	11	4	1	55
Porto Rico	0	0	0	1	1	0	0	0	02
Rep. Dominicana	0	0	1	0	0	0	0	0	01
Uruguai	0	0	0	2	1	0	0	2	05
Venezuela	4	2	3	7	9	0	0	3	28

Fonte: Relatórios Anuais do IIE - 1958 a 1968.

Considerações Finais

O CHEAR é um desses projetos que crescem em silêncio como flores, frutas e árvores.

(Trecho de correspondência, de 20 de março de 1962, enviada por Anísio Teixeira a James Perkins - Vice-Presidente da Carnegie Foudation - Documento ATt 1958.03.28 - XIX-15).

Compreendo perfeitamente a sua carta e vou além: se o CHEAR não é financiado por todo o continente, ele sempre será algo paternalista se não, pior. Mas, como você bem sabe, este não é o ponto de vista do nosso mundo latino-americano que mesmo conhecendo os EUA querem o seu financiamento.

(Anísio Teixeira, 1968 - Resposta à correspondência de Kenneth Holland em que o mesmo aponta a necessidade de recursos financeiros das instituições e governos latino-americanos para a continuidade do CHEAR).

É necessário assinalar que as intervenções estadunidenses na educação brasileira foram alvo críticas contundentes de diversos intelectuais. Principalmente os acordos MEC-USAID. Dentre eles, destacamos Otaíza Romanelli e Luiz Antônio Cunha.

Romanelli (1984, p. 213) assevera, após analisar os acordos assinados no período de 1964 a 1967, que

O primeiro aspecto que ressalta dessa simples enumeração dos acordos é a sua abrangência. Através deles, a USAID atingiu de alto a baixo todo o sistema de ensino, como se pode ver a seguir: a) níveis: primário, médio e superior; b) Ramos: acadêmico e profissional (com ênfase no primeiro); c) Funcionamento: Restruturação administrativa; Planejamento; Treinamento de pessoal docente e técnico. d) Controle do conteúdo geral do ensino através controle de publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos.

Acrescenta que a ocorrência de um modelo único para lidar com todos os níveis de ensino e os ramos consagrou o princípio da assepsia educacional haja vista que tal ideologia levaria ao isolamento entre o sistema educacional e a sociedade.

Segundo Cunha (1988, p. 161), no que tange à pós-graduação, “a USAID sozinha concedeu 3.800 bolsas de estudos a brasileiros”. O autor atenta para a resistência do movimento estudantil aos acordos. Entretanto, aponta que não foi possível deter a avalanche de recursos financeiros que aportaram no Brasil com um alto preço de ingerência na gestão da universidade, bem como no compartilhamento destas ações entre os técnicos do MEC e da USAID numa comprovação de atuação sistemática e organizada.

Cabe, no entanto, chamar atenção que tais acordos antecederam o golpe civil-militar de 1964, ou seja, embora concordemos com as críticas é necessário lembrar que tais instrumentos também foram utilizados em períodos democráticos. O livro “Acórdos, Contratos e Convênios”, publicado em 1967 pelo Ministério da Educação e Cultura, abarca os acordos MEC-USAID. O memorandum de entendimento (p. 11-12), cujo o assunto é uma auditoria, ratifica acordos anteriores do governo brasileiro com o governo norte-americano, datado de 22 de abril de 1963, assinado por Celso Furtado (Ministro para Assuntos de Planejamento e Pela Agência para o Desenvolvimento Internacional) e Lincoln Gordon (Embaixador dos Estados Unidos da América).

Assim, as nossas considerações finais nos remetem ao início deste trabalho, especificamente à indagação: cooperação ou intervenção nas políticas públicas do ensino superior na América Latina?

Em primeiro lugar, acompanhamos a mudança gradativa no posicionamento dos membros estadunidenses em relação aos membros latinos no que tange à dinâmica de trabalho. Inicialmente, a postura formal e, de certa forma, temerosa às reações por parte dos representantes da América Latina foi a marca das reuniões e encontros do Conselho. Aos poucos, entretanto, as afinidades eletivas e intelectuais estabelecidas geraram intimidade e permitiram a alteração na postura do polo estadunidense, a ponto de captarmos momentos de autoritarismo e imposição de agendas em desacordo com as propostas dos intelectuais latinos. Por exemplo, Rodrigo Facio Brenes e Anísio Teixeira, respectivamente em 1959 e 1968, colocaram em dúvida a separação entre as ações do Conselho e as ações da política externa dos Estados Unidos para a América Latina. Oficialmente, os questionamentos não alteraram a rota institucional. Desta forma, surge a nossa primeira consideração: houve a cooperação, mas foi gradativamente sendo direcionada pela concepção institucional do IIE.

Exatamente, na questão da dependência dos países latino-americanos localiza-se a nossa segunda consideração. A assimetria entre os Estados Unidos e a América Latina no campo econômico, educacional e político impediu quaisquer formas de cooperação igualitária na base de trocas de mão dupla num ir e vir de informações e de decisões, pois os estágios de desenvolvimento eram desiguais menos por incompetência latina e mais pelas próprias políticas de ‘doações’, empréstimos e tratados de cooperação. Tais instrumentos ditavam a agenda a ser seguida e, de forma paradoxal, impediam o tão propalado investimento no ensino superior haja vista que parte significativa dos recursos financeiros dos países latino-americanos eram utilizados para pagar dívidas contraídas junto aos Estados Unidos. Assim, como poderia ser o Conselho um local para ajuda mútua se o contexto histórico apontava uma situação absolutamente contrária? É necessário, desta maneira, compreender a trajetória institucional através da sua existência num contexto amplo.

Face ao contexto amplo se apresenta a nossa terceira consideração. A política externa dos Estados Unidos - no período da Guerra Fria - foi a base para a criação de diversas instituições como a Aliança para o Progresso, o BID, a USAID, dentre outras. Ora, as três instituições forneceram recursos e bolsas ao Conselho que os repassou para diversos países latino-americanos. Os balanços financeiros do IIE registram as doações e os boletins da CAPES, no caso brasileiro, assinalam a existência das bolsas. Além disto, um exame nos referidos balanços financeiros aponta, também, o aporte de recursos do governo dos Estados Unidos. Desta forma, seria possível imaginar que Conselho mirasse em objetivos distintos das instituições citadas? Mas, outra pergunta se faz necessária: se o Conselho tinha os mesmos objetivos gerais do conjunto de instituições como a Aliança para o Progresso, o BID, a USAID, por que houve o esquecimento desta instituição na historiografia da educação brasileira?

O esquecimento institucional é a nossa quarta consideração. Durante a fase de leituras preparatórias para a composição deste trabalho encontramos um número significativo de artigos, livros, dissertações e teses que estabelecem críticas severas aos objetivos e à atuação das instituições acima no Brasil e nos demais países da América Latina. Contudo, nenhuma referência ao Conselho. Vale lembrar que a instituição teve existência por vinte anos e contou com a participação de proeminentes intelectuais latinos: reitores de universidades conceituadas, membros de centros de pesquisa e ministros da educação. Neste ponto, temos duas chaves de interpretação: uma delas está ancorada no impacto causado por instituições, como as citadas, que abarcaram programas amplos e espalhados pelas áreas mais distintas. Desta maneira, se fizeram presentes em frentes diversas e apresentaram maior evidência e ensinaram discussões e debates sobre o seu papel. Na área de foco da instituição, reside a nossa segunda chave de leitura. O Conselho foi direcionado exclusivamente para a Educação Superior. Temos uma ação restrita a um segmento educacional e, não menos relevante, sem assinaturas de tratados, acordos ou convênios com os governos dos países membros. Seria um silêncio desejado pela própria instituição?

O silêncio institucional é a nossa quinta e última consideração. Em todo o percurso dos nossos estudos, um quase ‘sigilo’ foi a tônica dos projetos desenvolvidos pelo Conselho. Não houve quaisquer tratados e convênios assinados pelos membros do Conselho, ou seja, não documentos a serem contestados pelos grupos contrários aos encaminhamentos dos Estados Unidos em relação à América Latina. Fato que ocorreu em relação aos Acordos MEC-USAID, por exemplo. A título de exemplificação do caso brasileiro, de duzentos e trinta e quatro editoriais dos boletins da CAPES no período de 1958 a 1972 somente um deles foi dedicado ao Conselho no período democrático, pois a partir de 1964 não existem quaisquer editoriais e sequer notícias sobre o IIE e o Conselho. A nossa impressão é que o grupo diretor do Conselho - por se configurar numa intervenção no sistema de ensino superior na América Latina - esteve preocupado com as objeções às ações e aos programas projetados e financiados pelos Estados Unidos, visando a uma obra ‘silenciosa’, ou melhor, uma intervenção sem alardes tal qual brotam flores, frutas e árvores e, no tempo presente, muitas vezes, um silêncio que nos coloca à beira do precipício.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Missão**. Acessado em: <http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html>

BENJAMIN, Harold. **A Educação Superior nas Repúblicas Americanas**. Brasil: Editora Fundo de Cultura, 1965.

BLOCH, March. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Acervo sobre a Ditadura Militar (1964-1985)**. Conselho de Segurança Nacional. Documento - C - 01433 JID-1957.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Acórdos, Contratos e Convênios**. Brasília, 1967.

BRASIL. Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Boletim Informativo da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1958-1972)**. Brasília, DF.

CARNEGIE FOUNDATION. **Missão**. Acessado em: <http://www.carnegiefoundation.org>

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA CPDOC). **Arquivo Anísio Teixeira**. Arquivos Pessoais. Série Temática. Documento AT t - 1958.03.28. Arquivos Pessoais. Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ.

COMISSÃO FULBRIGHT. **Missão**. Acessado em: <http://fulbright.org.br/comissao>

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FERREIRA, M. de Moraes. **CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Depoimento de Almir de Castro. Brasília, DF: CAPES, 2002.

FORD FOUNDATION **Missão**. Acessado em: <http://www.fordfoundation.org>

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

INSTITUTE INTERNATIONAL OF EDUCATION. **Relatórios Anuais do Institute International of Education (1950-1986)**. Acessado em <https://www.iie.org/en/Why-IIE/Annual-Report>

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 231-270, 2003.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política**. Algés: Portugal, 2002.

OGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Missão**. Acessado em: <http://www.un.org/es/index.html>

PEREIRA, Haroldo. Pan-Americanismo e Anticomunismo: A Operação Pan-Americana no Brasil e as origens da Aliança para o Progresso nos Estados Unidos. In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** (p. 1-9), SP, 2011.

UNIÃO PAN-AMERICANA. **Missão**. Acesso em: http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Missão**. Acessado em: <https://www.usaid.gov>

Notas

[1] Todas as instituições, que financiaram o Conselho, terão os devidos links disponíveis nas Referências.

[2] A nota referente à extinção do Conselho só foi publicada no Relatório de 1985 (p.36).

[3] A USAID foi criada em 1961, pelo governo norte-americano, e operou a junção de diferentes organizações governamentais de assistência técnica e de desenvolvimento econômico para os demais países latino-americanos.

[4] Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante.

[5] Devido ao limite de espaço, optamos por uma descrição das Reuniões e encontros promovidos pelo CHEAR e deixamos a análise para as Considerações Finais.

[6] A grafia original será mantida em todas as citações.

[7] Grifo de Anísio Teixeira.